

Aprovada na 893ª sessão

ALADI/CR/Ata 891
6 de abril de 2005
Hora: 10h10m às 12h05m

ATA DA 891ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

- Homenagem póstuma Sua Santidade Juan Pablo II.
- 1. Aprovação da Ordem do Dia.
- 2. Assuntos em Pauta.
- 3. Consideração da ata correspondente à 888a. sessão.
- 4. Convocatória da Trigésima Oitava Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALAD/SEC/Proposta 255).
- 5. Propostas do Secretário-Geral:
 - Autorização para a utilização dos dozeavos do Orçamento correspondentes aos meses de maio e junho (ALADI/CR/PR 207); e
 - Prorrogação de contratos de funcionários da Categoria Internacional (ALADI/CR/PR 208).
- 6. Cumprimento das encomendas da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros
 - Metodologia de trabalho (organização, prazos, etc.).
- 7. Consideração da solicitação do México sobre a designação de Secretários-Gerais Adjuntos.

8. Assuntos diversos.

- Reunião de Presidentes do Brasil, da Colômbia, da Espanha e da Venezuela.
- Convite ao Secretário-Geral para assistir à reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana das Nações.
- Visita do senhor Ministro de Educação e Esportes da Venezuela à Sede de ALADI.

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich, Elói Ritter Filho e Luiz Augusto Marfil (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Oscar Quina Truffa, Hernán Nuñez Montenegro (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador); Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Bernardino Hugo Saguier Caballero, Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai); William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure e Miguel Pereira (Uruguai); María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno, Julio Ramón Chirino e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

PRESIDENTE. Bom dia, damos início à sessão ordinária do Comitê de Representantes número 891.

- Homenagem póstuma a Sua Santidade Juan Pablo II.

...Antes de submeter a consideração a Ordem do Dia creio oportuno, neste momento, fazer no Comitê um pequeno ato e um minuto de silêncio para expressar o sentimento de pesar pelo falecimento de sua Santidade, tanto de nós como pessoas, como Delegações e de nossos respectivos países, que o fizeram diretamente.

Prévio ao minuto de silêncio, desejo dar a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhores Delegados; como o senhor expressou em suas muito breves e sentidas palavras, para reconhecer que em nossas nações, em nossos governos e em nossos Estados houve uma expressão unânime de respeito, de tristeza pela morte de Juan Pablo II, além de cultos, de religiões, de convicções dessa natureza.

Desejo apenas salientar um aspecto. Juan Pablo II foi um multilateralista por convicção e assim fica marcado, evidenciado por grande parte de suas ações, particularmente em períodos de ruptura da ordem internacional. A ALADI é uma organização de Estados e é, portanto, um desafio ao multilateralismo.

Nesse sentido, considero, senhor Presidente e concluo que a adesão da ALADI a esta expressão de pesar individual e coletiva da Comunidade internacional, que por seu intermédio duplicou o número de países com os quais o Vaticano estabeleceu relações diplomáticas, está revelando claramente a necessidade de colocar nossas bandeiras a meia-aste na sexta-feira, tal como dispuseram os diferentes Estados que integram esta Organização. É só isso, senhor Presidente, Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Agora convido os senhores para fazer um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Santo Pai.

- O Comitê de Representantes realiza um minuto de silêncio.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Submeto a consideração a Ordem do Dia. Alguma observação?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidente. É uma questão de forma nada mais. Estamos em reunião de Chefes de Representação ou em Comitê?

PRESIDENTE. Em Comitê de Representantes.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Porque a convocatória...

PRESIDENTE. Lamentavelmente houve uma alteração, estamos em Comitê.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein).Obrigado.

PRESIDENTE. Alguma observação? Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Não entendo bem, Fizeram uma convocação para as 9h45m para reunião de Chefes de Representação e não entendo muito bem que aconteceu. Foi um erro?

PRESIDENTE. Sim, lamentavelmente houve um erro, uma confusão, primeiro a reunião do Comitê e depois, caso finalizemos o tratamento dos pontos, passaríamos a Chefes que é muito mais laxa e nos permite estender-nos. Começamos com o Comitê para tratar uma série de pontos obrigatórios, mas depois continuamos com a reunião de Chefes. Lamentavelmente houve um erro na convocatória, mas no início da reunião disse que dávamos início à reunião 891 do Comitê de Representantes.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Representação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente.

O senhor submeteu a consideração a Ordem do Dia desta sessão do Comitê. Eu tinha a impressão de que na reunião de Chefes de Representação, realizada informalmente na segunda-feira, tínhamos acordado que na reunião de hoje do Comitê de Representantes trataríamos somente temas pontuais, que necessitassem uma decisão de caráter mais ou menos urgente e que os temas de fundo seriam tratados em reuniões de Chefes de Representação a partir da terça-feira da próxima semana.

Não sei se é o entendimento da totalidade do Comitê, mas era, pelo menos, o que tinha entendido. Nesse sentido, senhor Presidente, pediria que se considerasse que os temas que não são de caráter urgente fossem previamente discutidos em uma reunião de Chefes, prevista para iniciar-se, com uma série de reuniões, na semana próxima, se entendo bem, na terça-feira trataríamos a Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros e nas quintas-feiras a Resolução 60 (XIII). Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador do Brasil. É exatamente esse o sentido, colocar na Ordem do Dia o ponto 6, que seria o ponto de fundo. É simplesmente para deixar em atas do Comitê a resolução de tratar estes temas em reunião de Chefes da maneira acordada na segunda-feira, simplesmente para que conste. Essa é a metodologia acordada para poder avançar, simplesmente é para mencioná-la e depois passaríamos a Chefes, onde trataremos o tema de forma pormenorizada.

Tem a palavra a Delegação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, para apoiar a observação do Embaixador Pericás sobre a agenda deste Comitê de Representantes, e diria, senhor Presidente, que também na reunião de Chefes acordamos que não é somente o ponto 6, mas também acordamos dar um mandato à Comissão de Orçamento por Programas para que nos faça uma análise da proposta sobre o tema orçamento, e a necessidade que tinha de considerar a utilização dos dozeavos do orçamento, entre outros temas, por considerá-lo muito urgente.

Então, decidimos que a Comissão de Orçamento por Programas se reúna e nos faça uma proposta a esse respeito. Assim entendi na reunião de Chefes que realizamos esta semana. Solicitaria que esta reunião do Comitê dê o mandato à Comissão de Orçamento para que de forma urgente nos envie as propostas, de acordo com as necessidades manifestadas pelo Secretário-Geral em relação à utilização do Orçamento, além deste quarto mês de abril, que é até onde temos mandato de utilização. Afortunadamente temos dois dias e deveríamos dar ao Presidente da Comissão o mandato que convoque, o mais rápido possível, a Comissão de Orçamento.

Somente queria acrescentar isto à observação feita pelo Embaixador Pericás sobre este ponto da agenda. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigado, Presidente. Minha Delegação tinha entendido o mesmo que a Delegação do Brasil e a da Venezuela. Mais ainda, porque perguntei especificamente sobre os temas que íamos tratar nesta reunião, no

ponto 4. O senhor nos explicou que isto era muito urgente e por esta razão estava convocada a reunião da quarta-feira.

Por outro lado, desejaria também lembrar a questão dos documentos que nos distribuem, que pelo menos possamos ter três dias úteis para estudá-los, porque quando recebemos no último momento os documentos, não temos tempo nem oportunidade de procurar os antecedentes e tudo o relacionado com o documento. Adiro às manifestações das Delegações que me antecederam e que nos dediquemos ao ponto 4, como o senhor manifestou na segunda-feira em nossa reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidente. Somente para coincidir com as Delegações que me precederam no uso da palavra. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhor Presidente.

Somente para apresentar nosso parecer em relação ao ponto 6. Poderíamos simplesmente recolher a opinião sobre a qual coincidimos na segunda-feira para que conste em atas e dessa maneira começar os trabalhos de Chefes na próxima semana. Mais nada. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Desejo explicar um pouco qual foi a intenção da Presidência para colocar os pontos que ficaram pendentes da sessão anterior. Simplesmente foram distribuídos os temas tratados exaustivamente na reunião anterior e que não foram resolvidos. Portanto, não houve surpresa de nenhuma Representação de não ter recebido documento algum, porque era um tema já tratado. Já tratamos todos estes temas na reunião anterior.

Portanto, considere que hoje deveríamos concluir os temas administrativos para poder dedicar-nos exclusivamente aos temas de fundo e deixar os temas administrativos que permitiriam à Secretaria-Geral continuar funcionando normalmente e concluir, definitivamente, com estes temas. Simplesmente não continuar adiando, sessão após sessão pontos que considero são simplesmente pequenas resoluções administrativas que lhe permitirão continuar funcionando.

Essa foi a intenção da Presidência colocar o ponto 5 na agenda. São temas que já tratamos e agora os delegados tem nas suas pastas os documentos que foram distribuídos em sua oportunidade. Essa foi a decisão da Presidência, que submete à mesa, para considerar si avançamos e concluímos esse ponto para não continuar estendendo a solução dos mesmos indefinidamente, e ter uma segunda reunião para tratá-lo.

Simplesmente desejo perguntar aos senhores se estariam de acordo em tratar ou adiar estes temas.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Creio, Presidente, que pelas implicações e pela decisão adotada, qualquer das decisões administrativas que envolvem a questão orçamentária, devemos adiá-la o que for necessário para que nossa Comissão de Orçamento por Programas possa apresentar uma proposta, uma vez

analisadas as necessidades apresentadas pela Secretaria-Geral, além do quadrimestre que autorizamos à Secretaria-Geral.

Então, pediria isso e a Comissão de Orçamento por Programas deveria reunir-se para falar deste ponto em particular, a questão orçamentária. Essa é minha sugestão, com esse mesmo ânimo que o senhor assinalou de avançar, e creio que o espírito da reunião de Chefes, nesse sentido foi muito expedito, já chegamos a um acordo em como vamos fazer, como se efetuará a discussão e que podemos avançar, tanto no que se refere à Resolução 59 (XII) quanto à Resolução 60 (XIII) com o esquema de discussão que aprovamos. Essa é minha sugestão.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação de MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que a Embaixadora da Venezuela, e caso necessário, solicitar-lhe formalmente que somente se trate o ponto 4 no dia de hoje y que sigamos com nosso tema.

Lembro que houve uma proposta no sentido de que na terça-feira, primeiro começássemos com a metodologia para depois continuar com a Resolução 59 (XIII), esse era o acordo ao qual tínhamos chegado. Por conseguinte, solicito formalmente que se faça como tínhamos resolvido. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, senhor Presidente.

Simplemente estava revisando minhas anotações das reuniões anteriores e na verdade coincido com o manifestado pelo Embaixador Pericás, o distinto Representante do Brasil e sugiro dedicar-nos aos temas urgentes para o funcionamento da Secretaria-Geral e deixar os temas mais de fundo para serem discutidos na reunião de Chefes de Representação da terça-feira, constituindo-nos depois no Comitê de Representantes se assim o decidimos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Armando Loaiza Mariaca). Senhor Presidente, apenas para manifestar que minha Representação, a quem corresponde presidir a Comissão de Orçamento por Programas está preparada para fazer a correspondente convocação, se o Comitê assim o decidir.

Não sei como é na prática de organismos e de reuniões, como se pode interpretar a conformação de um consenso. Das minhas anotações da reunião realizada em sua Embaixada sobre este tema não interpretei que se tivesse alcançado um consenso no sentido de convocar especificamente a reunião da Comissão de Orçamento para tratar este tema pontual, específico. Poderia ter sido, certamente, uma proposta mas não tenho a certeza de que isso seja igual a um consenso.

Consenso é a falta de dissenso, e não interpretei assim, mas estou esperando uma decisão, porque o tema básico que deve ser resolvido pela Comissão de Orçamento por Programas, conforme a Resolução 288, de 9 de dezembro de 2004, está explicitado da seguinte forma: SEXTO "Instruir a Secretaria-Geral para que, uma vez aprovada a nova estrutura orgânico – funcional e com base nas diretrizes emanadas da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, apresente uma Proposta de Orçamento por Programas

da Associação para o período maio – dezembro 2005.”. Essa a tarefa fundamental à qual deve dedicar-se a Comissão de Orçamento por Programas. É uma tarefa importante, começando por uma consideração, obviamente da metodologia que vai empregar, que tipo de orçamento vai ser utilizado na ALADI, o orçamento por programas ou o tradicional.

Por conseguinte, queria fazer este esclarecimento, mas com a ressalva de que se se convalida esse consenso, que para mim não está claro, de reunir-nos imediatamente, para tratar estes temas específicos: autorização para a utilização dos doze avos do orçamento e cumprimento e prorrogação de contratos de funcionários e se esta vai ser a temática. Se esta vai ser a opinião generalizada ou o consenso do Comitê estou preparado, a partir deste momento, para convocar a Comissão de Orçamento. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado, Presidente.

Agradeceria ao Representante da Bolívia que nos esclarecesse qual é o mandato geral da Comissão. Considero que para autorizar o orçamento, o mesmo deve estar fundamentado em um projeto de Programa de Atividades, ou seja, primeiro há um programa no qual consta a forma de utilização deste orçamento nos dois meses que nos está solicitando o Secretário. Essa é uma das atividades também da Comissão de Orçamento por Programas. Devemos elaborar um programa onde consta a forma em que será utilizado o orçamento nesses dois meses. Obrigado.

PRESIDENTE. Proponho à Sala, como já estivemos tratando alguns dos pontos, começar com a Ordem do Dia até o ponto quarto e discutir cada um deles, porque estamos aqui fazendo uma troca de idéias de diferentes temas e há 30 minutos que estamos falando sobre esse ponto. Creio que nosso tempo é muito importante e podemos avançar muito rapidamente dizendo, se adiamos ou não o tema. Mas devemos tomar decisões pontuais até os pontos quatro e cinco. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Senhor Presidente, eu fiz um pedido expresso de que nos ajustássemos à decisão adotada no sentido de que nos dediquemos ao ponto 4, que foi para o qual o senhor nos informou na segunda-feira que íamos realizar esta reunião.

Na verdade há uma série de documentos que não tivemos tempo de revisar e desejaria que nossa Ordem do Dia fosse o ponto 4. Obrigado.

PRESIDENTE. Aqui a Delegação do México pede modificar totalmente a Ordem do Dia e considerar exclusivamente o ponto 4. Os senhores estão de acordo, ou tratamos também os outros pontos que nos competem.

Tem a palavra a Delegação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Observei, Presidente, de acordo com os Regulamentos, que uma Delegação pode fazer solicitações deste tipo. Então, dentro do Regulamento estou pedindo ajustar-nos ao acordo que tínhamos na segunda-feira na reunião realizada com sua Delegação e que nos dediquemos ao ponto 4. Não é uma coisa de imposição, é simplesmente que desejo estar preparada quando sejam tratados estes pontos. Não é um tema de confrontação, nem muito grave. Não há nada urgente para tratar amanhã, de modo que reitero, senhor Presidente, meu pedido.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Simplesmente desejo expressar que de acordo com minhas anotações, posso estar equivocado, mas na Delegação do Equador chegou-se ao acordo de não tratar exclusivamente o ponto 4, mas tratar os assuntos administrativos pendentes de caráter urgente. Entre eles, os mencionados no ponto 4 da Ordem do Dia, mas não exclusivamente o ponto 4. Opino que não estão considerados nem o ponto 6 nem o ponto 7 da Ordem do Dia, mas sim estariam considerados dentro desses assuntos os demais pontos. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, desejo agradecer o esclarecimento sobre o ponto 6. Entendo, então, que não era um tema sobre o qual íamos tratar de fundo nesta reunião, senão que a intenção da Presidência era ter um registro nas atas do Comitê da metodologia acordada nesta reunião informal do outro dia.

Minha Delegação tinha solicitado o adiamento da reunião do ponto 4, a fim de ter instruções. Posso dizer que tenho instruções e não tenho problema em tratá-lo. Sobre o ponto 5, referente às propostas do Secretário-Geral creio que foram distribuídos dois documentos em 4 de abril e também são pontos sobre os quais minha Delegação tem instruções para atuar.

Creio que como método de trabalho, e peço-lhes que me corrijam se não é assim, não me parece que no caso anterior da utilização de dozeavos do orçamento, seja necessário um relatório da Comissão de Orçamento. Creio que foi uma medida de caráter muito prático que se tomou no Comitê, mesmo sem necessidade de um programa, porque isso parece ser algo que se destina, na realidade, a atender despesas correntes da organização e, de alguma maneira, é necessário, pagar os funcionários, etcétera, então, minha Delegação estaria lista para considerar o tema hoje. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Senhor Presidente, primeiro para apoiar absolutamente as expressões da Delegação do Brasil.

Igualmente manifestar, que a meu entender, lembro que me retirei um pouco antes da reunião porque tinha outro compromisso-, mas coincido no que eram meus registros com a Representação do Chile, no sentido de que não tinha registrado na minha mente que na reunião de hoje somente ia ser tratado o ponto quarto e por isso desejaria acrescentar que na reunião anterior do Comitê de Representantes ficou estabelecido, e eu fiz a pergunta a esse respeito, no que se refere às propostas do Secretário-Geral, que deviam ser tratadas na seguinte reunião do Comitê e isso consta em atas do anterior Comitê.

Somente queria assinalar isto. Coincido absolutamente com o Brasil, muito particularmente no referente à utilização dos dozeavos do orçamento, porque, efetivamente, a jurisprudência sobre o particular é que isto se prorroga automaticamente no Comitê de Representantes porque se trata, obviamente, de despesas habituais, não se pode parar o trabalho e o pagamento dos salários do pessoal da Secretaria-Geral e mediante estas palavras defender a posição de minha delegação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhor Presidente.

Para apoiar o expressado pelo Delegado do Brasil. Na realidade, não teríamos dificuldade em tratar nenhum dos pontos que se nos apresentam para o dia de hoje. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Creio que com estas opiniões podemos avançar na Ordem do Dia, para esgotar os pontos até chegar ao ponto 6.

2. Assuntos em Pauta.

...Tem a palavra o Secretário-Geral para informar-nos sobre os Assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

No documento que está em poder dos senhores Representantes, e que faz parte desta Ata, mencionam-se as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão.

"1. Embaixada da República de Coréia. COR.05.25, de 20/03/2005".

Comunica que o senhor Embaixador Jaebum Kim, concluiu sua missão em 20 de março próximo passado. Informa, também, que o senhor Primeiro Secretário e Cônsul Sr. Min-cheol Lee, ficará à frente dessa Representação como Observador Alternativo.

2. Representação Permanente da Colômbia. Nota Nº E.253, de 22/03/2005.

Comunica a internalização ao ordenamento jurídico da Colômbia dos Acordos indicados.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1990.

3. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela. Nota Nº II.2.U3.E1/077/04, de 30/03/2005.

Envia, em anexo, cópia da Gazeta Oficial Extraordinária na qual se publica o Decreto Nº 3.340, de 20/12/2004, pelo qual se adota o Acordo de Complementação Econômica Nº 59.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1934.1.

4. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

México: Transferência bancária por US\$ 430.261.43 – Cancelamento total da contribuição 2005.

Cuba: Transferência bancária pela quantia de US\$ 2.902.60 de parte dos custos financeiros correspondentes ao ano 2004.

5. Cumprimento do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2005 (Período janeiro-fevereiro 2005) (Doc. Inf. 717).

6. Curso Regional avançado OMC/ALADI "Sistema de solução de diferenças da OMC" (ALADI/SEC/Memorando 190).

...Destaco entre eles as notas recebidas da Embaixada da Coréia, comunicando o término de funções do senhor Embaixador Jaebum Kim.

As Representações da Colômbia e da Venezuela comunicam, igualmente, as vigências de acordos que se detalham e que oportunamente foram publicados como documentos informativos.

Destaco, de maneira especial, as contribuições recebidas para o orçamento da Associação. O México fez uma transferência bancária pela quantia de US\$ 430.261,43, com a qual cancela sua contribuição correspondente ao ano 2005. Por outro lado, Cuba, efetuou uma transferência bancária pela quantia de US\$ 2.902,60 como parte dos custos financeiros correspondentes ao ano 2004. Naturalmente a Secretaria agradece de maneira muito específica estas contribuições.

Também consta nas pastas dos senhores Representantes dois documentos distribuídos pela Secretaria, o Curso Regional Avançado OMC - ALADI, sobre sistema de solução de Diferenças na OMC, o Memorando 190 anexa o programa provisório do curso organizado pela OMC e pela Secretaria-Geral, que se realizará de 31 de maio a 3 de junho deste ano. É importante salientar que a primeira vez que este curso abrange outros países da região, todos eles observadores junto à ALADI.

Após a publicação do documento Assuntos em Pauta, recebeu-se a seguinte nota: a Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL, nota número 50, de 4 de abril de 2005, pela qual se comunica o término de funções do senhor Embaixador Bernardino Hugo Saguier Caballero, a partir de 11 de maio próximo. Naturalmente se coordenará com o próprio Embaixador Saguier sua despedida neste órgão e assim se procederá.

Senhor Presidente, é tudo o que tenho para informar-lhe sobre este tema.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 888a. sessão.

...No seguinte ponto da Ordem do Dia submeto a consideração a ata da 888ª Sessão. Não havendo observações, aprova-se.

4. Convocação da Trigésima Oitava Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALAD/SEC/Proposta 255).

...Imediatamente passamos ao seguinte ponto da Ordem do Dia, referente à Convocação da Trigésima Oitava Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários. Em sua oportunidade, foi distribuído a explicação e o projeto de Resolução.

Submeto a consideração o Acordo. Têm a palavra os senhores Delegados.

Não havendo observações fica aprovado com o número 250.

“ACORDO 250

CONVOCAÇÃO E AGENDA DA XXXVIII REUNIÃO DO CONSELHO
PARA ASSUNTOS FINANCEIROS E MONETÁRIOS

O COMITÉ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA A ALADI/CR/Resolução 6, de 17 de setembro de 1981;

LEVANDO EM CONTA O documento ALADI/SEC/Proposta 255, de 29 de março de 2005;

CONSIDERANDO Que corresponde submeter à consideração do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários as conclusões e recomendações da Quadragésima Quarta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XLIV/Relatório),

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar o Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários para celebrar sua Trigésima Oitava Reunião, na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, coincidindo com as Reuniões de Governadores de Bancos Centrais Latino-Americanos, convocadas pelo CEMLA para os dias 28 e 29 de abril de 2005.

SEGUNDO.- Aprovar a seguinte:

AGENDA PROVISÓRIA

1. Consideração do Relatório da Quadragésima Quarta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.
2. Assuntos diversos.”
5. Propostas do Secretário-Geral
 - Autorização para a utilização dos dozeavos do Orçamento correspondentes aos meses de maio e junho (ALADI/CR/PR 207); e
 - Prorrogação de contratos de funcionários da Categoria Internacional (ALADI/CR/PR 208).

...Depois passamos ao ponto número 5 que são as propostas do Secretário-Geral relacionadas com autorização para utilizar os dozeavos do Orçamento, correspondentes aos meses de maio e junho e à prorrogação do contrato de dois funcionários da Categoria Internacional.

O Secretário-Geral na reunião anterior fez uma explicação sobre o tema, os senhores tem em suas pastas os documentos. Por conseguinte, submeto a consideração a Resolução primeira que ter a ver com a utilização dos dozeavos do orçamento correspondentes aos meses de maio e junho.

Têm a palavra os senhores Representantes.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Desejaria reiterar minha posição no sentido de que para considerar esta Resolução devemos informar-nos em que será utilizado esse dinheiro. Essa é a prática da Organização. Portanto, necessitamos que a Comissão de Orçamento por Programa estude o tema e nos informe.

Anteriormente solicitei ao Secretário, por exemplo, um relatório da situação em que tinha encontrado a Secretaria. Não sei quais são os procedimentos internos da Secretaria, mas suponho que houve uma ata de entrega, de como se entrega a Secretaria, como acontece em qualquer repartição administrativa.

De modo que não estou em condições de considerar esta Resolução até não ter o projeto de Programa de Atividades para esses dois meses. Obrigado.

PRESIDENTE. A Delegação do México fez uma observação. Existe alguma outra observação das Delegações presentes?

Se as Representações não desejam fazer observações significaria que estão de acordo com o Projeto de Resolução. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Nas observações que estivemos fazendo no tema orçamentário, neste caso específico dos dozeavos do orçamento, penso que, neste caso, existe algo relacionado com o funcionamento de base da Associação, que é importante porque tenho entendido que há contratos que já venceram. Isto é, existe uma situação diferente à que existia quando aprovamos até o primeiro quadrimestre.

Simplemente não desejo dificultar o tema da manutenção da Associação. Do ponto de vista administrativo é importante que isso, que é essencial para o funcionamento administrativo da Associação esteja garantido no que tem a ver com salários do pessoal, do quadro de pessoal fixo. Há outras despesas que seria importante conhecer mais a fundo para discutir. Creio entender que a Embaixadora do México não está pedindo um programa total, porque o mesmo, como manifestava o Embaixador Armando Loaiza, deveremos considerá-lo na proposta de orçamento da programação geral a partir de maio até dezembro de 2005. Devemos fazer uma proposta geral que fará parte da proposta a ser apresentada pelo Secretário-Geral.

Senhor Presidente, Secretário-Geral, há alguma proposta relacionada com algo diferente ao que aprovamos quando ratificamos os dozeavos para o quadrimestre, porque foi aprovada com as considerações feitas pela Secretaria-Geral. Desejaria entender assim. Não sei se a Embaixadora do México tem outra posição sobre isso, senhor Secretário, e simplesmente isso seria suficiente para nossa Delegação em relação a este ponto. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral para explicar o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Desejo somente dizer que se trata de habilitar o funcionamento regular do que é a despesa permanente da Secretaria e naturalmente entendo perfeitamente as observações aqui formuladas, que tem a ver com a essência do orçamento, que não é a etapa na qual, a critério da Secretaria, hoje nos encontramos.

Hoje estamos tratando de viabilizar a possibilidade de levantar uma proscricção que limitava a despesa até o mês de abril. Portanto, se isto não acontecesse, produziria uma inação que, como início na organização da ALADI não é o melhor. Portanto, aspiro à compreensão dos senhores Representantes quanto a habilitar o levantamento desta interdição pelos meses de maio e junho, que não implica prejudicar sobre o orçamento, que deverá ser, como foi manifestado pelo senhor Presidente da Comissão, matéria de trabalho, quando esteja aprovada a reestrutura, porquanto o orçamento, deverá ser fiel à reestrutura.

Portanto, hoje não estamos *strictu sensu* falando do orçamento, mas estamos falando da execução da despesa corrente e, por isso, estimo que no referente à Secretaria, seria bem-vinda a resolução no prazo mais breve possível, para conjurar qualquer tipo de incertidão por parte dos diferentes setores da Secretaria, envolvidos nesta decisão. É tudo quanto queria manifestar, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil e depois a de Cuba.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidente. Tinha pedido a palavra para dizer que considero atinada a solicitação do México, de ter um relatório sobre a situação da Secretaria no momento em que a recebeu o novo Secretário-Geral.

Considero um tema muito útil para ser considerado pelo Comitê e pela própria Comissão de Orçamento por Programas. Estou totalmente de acordo. Espero que o senhor Secretário-Geral tenha tomado nota desta solicitação e que nos apresente dentro de um prazo razoável esta informação, mas considero que este pedido não invalida a necessidade de aprovar algo, para permitir que a Organização continue funcionando. Considero que devem ser pagas algumas contas como salários, etc., e o Comitê deve continuar funcionando de maneira formal até que seja aprovado o novo Programa de Atividades para o ano 2005, que dependerá de uma série de discussões que ainda, como manifestou o Secretário-Geral, deveremos ter entre nós para definir o que vamos fazer e depois submetê-lo à Comissão de Orçamento por Programas para adequar o orçamento a esse programa de trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, senhor Presidente. Nossa Delegação queria expressar que considera totalmente válido e também que seria praticamente uma das ferramentas fundamentais para poder analisar a reestrutura da Secretaria contar com esse tipo de informação. Creio que seria uma base muito importante para poder levar adiante a discussão de fundo.

Coincido totalmente com o Brasil no sentido que há temas de despesas operacionais da Secretaria que é necessário colocá-las em funcionamento. Que a Secretaria não fique estancada e, por outro lado, desejo lembrar que também há atividades programadas, às quais convocamos já às capitais, inclusive para finais deste mês, como a reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Informação. Se não liberamos essa parcela essa reunião não se realizará e nossa Delegação já designou uma funcionária para participar e está solicitando o visto à Chancelaria para viajar. Portanto, estamos trabalhando em função de atividades que não devemos paralisar. Tenho todas as instruções para que a Secretaria não deixe de funcionar neste preciso momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do México.

Representação de MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigado, Presidente.

Aqui não há uma atitude contrária. Estou totalmente de acordo com manifestado pelo Brasil e por Cuba e, por outro lado, temos orçamento, daqui até abril, não é que amanhã fiquemos sem orçamento. Sempre sou muito ciumenta da institucionalidade dos Organismos e quando aprovamos o orçamento para o primeiro quadrimestre, deram-nos um Programa de Atividades da Associação para o primeiro quadrimestre.

Dividimos o orçamento em duas partes: orçamentos de receitas e orçamento de despesas. O orçamento de despesas está intimamente vinculado às atividades específicas, de modo que não acontece nada com a reunião de abril porque temos dinheiro e está orçado no primeiro quadrimestre. Não estamos em uma emergência. Logicamente, minha Delegação não deseja que esta Organização se paralise. Temos tempo suficiente para que, seguindo os regulamentos do Organismo, a Secretaria nos diga que neste período realizaremos tais reuniões, tais despesas de caráter permanente. Considero que há atividades permanentes que se continuam realizando e que vão continuar em qualquer orçamento, mas devemos contar com a aprovação de uma extensão do orçamento, com um Programa de Atividades.

É uma questão de institucionalidade. Evidentemente, não me vou opor. Minha Delegação não está em condições porque não tem os elementos que necessitamos para considerar este tipo de autorizações à Secretaria. Já manifestei que desejo participar de todas as atividades do Comitê de Representantes e não posso renunciar a meu direito de fazê-lo, e de alguma maneira zelar pela institucionalidade que considero muito importante. Estamos em uma época de ouro, iniciando uma administração, reacomodando todos nossos procedimentos e deveríamos fazer as coisas como estabelece nossa regulamentação. Aqui não existe confrontação, é uma questão de institucionalidade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhor Presidente. Entendemos, por um lado, a necessidade de ter certa previsibilidade do orçamento e das atividades da Associação para os meses de maio e junho, e isso nos leva a compreender perfeitamente a necessidade de autorizar esses dois dozeavos do orçamento para maio e junho.

Entendemos, ao mesmo tempo, dentro das limitações estabelecidas pela Resolução 288, que é marco desta Resolução, já que está citada no considerando. Logicamente, coincidimos com a Delegação do México que é bom e importante ter um detalhe do custo das atividades e pensamos que, sem prejuízo desta Resolução, habilite a Secretaria a continuar suas atividades. A Secretaria, obviamente, pode preparar o custo das atividades para maio e junho, mas sem prejuízo de habilitar a possibilidade de continuar funcionando, porque não é uma questão que se apresente no mês de maio e junho, porque são despesas sem prejuízo de habilitar a possibilidade de continuar funcionando, porque não é somente uma questão que surgirá no mês de maio e junho, são despesas que devem ser previstas a partir deste momento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Saguier Caballero). Obrigado, senhor Presidente.

Minha Representação não tem objeção alguma em estender o orçamento por dois meses mais no que se refere aos compromissos já assumidos, e acompanha a proposta do México de contar com um relatório da Comissão de Orçamento por Programas. Além disso, queria escutar o parecer do Presidente da Comissão. Ou seja, temos a Comissão de Orçamento por Programas, e está dentro de suas faculdades recomendar este tipo de questões, está de acordo. Não há problema em aprová-lo. Simplesmente desejo saber qual é a opinião.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Considero importante, Senhor Presidente, Senhores Delegados recordar que há um Orçamento por Programa da Associação, oportunamente aprovado. Ou seja, que neste momento não estamos discutindo propriamente o orçamento. A Resolução 288 aprovou esse orçamento. Essa mesma Resolução autorizou o uso dos primeiros quatro dozeavos e inibiu a Secretaria de utilizar recursos específicos para viagens e contratação de consultores para esse período, salvo que existisse prévia autorização do Comitê. Essa é a situação.

Não vou exumar aqui as razões ou fundamentos da Resolução, mas é o quadro da situação. Início uma gestão nova, estou trabalhando para obter as informações sobre a situação. Não tenho ainda um documento. Tenho documentos de apoio, mas não tenho um documento, concentrei meu esforço nestes dias na metodologia de trabalho, que me parece que é um elemento de base muito importante, e arrecadei informações sobre a situação das contribuições e das previdências orçamentárias que nos permitiram chegar até junho. Isto é, em junho teríamos um remanescente de aproximadamente 300.000 dólares, com o qual não cobriríamos a totalidade de julho. Assumindo, naturalmente já o ingresso das contribuições do México e de Cuba neste quadro.

Portanto, minha preocupação é saber, fundamentalmente, com que recursos contamos. Essa é a primeira questão. A segunda questão é o relatório sobre a situação em que recebi a Secretaria. Os que temos alguma experiência na função pública, sabemos que quando recebemos determinada situação administrativa, internamente avalia e revisa tudo aquilo relacionado com a continuidade da tarefa. Alguns desses dados são de caráter interno da Secretaria, outros são matéria na qual tem um papel importante o Comitê e a Secretaria. Portanto, não escapo, de nenhuma maneira, ao encargo de preparar um documento, sempre que abranja as competências orgânicas de cada um dos dois corpos desta Organização, por cuja institucionalidade também zelarei, de forma permanente e clara.

Por último, senhor Presidente e senhores Delegados, creio, simplesmente, que estender-me uma interdição que foi tomada para cobrir um período de transição, quando este período já concluiu, já não é um tema orçamentário, é um tema de outra natureza, portanto, o Comitê pode resolver, da forma que considere conveniente, cada um dentro do âmbito de suas respectivas competências, mas reitero, levantar esta proscricção não é um salvo-conduto para fazer uso indiscriminado dos recursos, discricionário, mas é dar continuidade ao funcionamento regular da administração.

Desse ponto de vista, insisto em que estas coisas podem tomar-se o tempo que requeiram, mas considero que já foi destinado tempo suficiente, a juízo da Secretaria, e por conseguinte é uma decisão dos senhores. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. O senhor Representante do Paraguai fez uma consulta ao Presidente da Comissão de Orçamento por Programas, que talvez desejaria responder o Embaixador da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Armando Loaiza Mariaca).Obrigado, senhor Presidente.

Desejaria manifestar, o que aqui iniciei, que com a intervenção do Secretário-Geral e de outras Delegações está ficando claro, que a matéria orçamentária, conforme a Resolução que aprovamos em dezembro passado, o tratamento da questão orçamentária,

realizar-se-ia uma vez aprovada a nova estrutura orgânico-funcional e com base em diretrizes emanadas e já definidas na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros.

Isso não impede, em minha interpretação, de que se houver consenso a nível do Comitê, a Comissão começasse a adiantar alguns critérios com o apoio da Secretaria em relação a como será configurado, formal e substancialmente, o novo orçamento.

Isso é diferente ao tema que estamos tratando, que seja autorizada neste momento a utilização dos dozeavos do orçamento para os meses de maio e junho, porque na própria Resolução 288 se estabelecia, como notou o Secretário-Geral, que a autorização para despesas operacionais do programa, salvo o item Assessores, requererá uma autorização expressa do Comitê de Representantes e hoje estamos em Comitê de Representantes para autorizar, se houver acordo de todas as Delegações membros, que a Secretaria efetue despesas operacionais de programa, como foi dito, despesas urgentes, incluindo a cobertura de pagamentos de bonificações e salários aos funcionários e outras despesas, mesmo alguns programas já aprovados.

Considero que existe um tema substancial para a Comissão de Orçamento, no qual não começamos a aprofundar, porque ainda não foi definida a estrutura orgânico-funcional e este ponto específico, segundo a Resolução 288, tinha produzido uma espécie, não direi de proibição ou de inibição, para efetuar despesas operacionais a partir de 30 de abril.

Como estamos muito perto dessa data e a Secretaria necessita efetuar de forma responsável as despesas operacionais necessárias para seu funcionamento e para o desenvolvimento de alguns programas, entendo que aqui estamos discutindo justamente isso, se autorizamos a utilização desses dozeavos, porque pela Resolução 288, imperativamente a Secretaria requer nossa expressa autorização. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Bolívia. Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidente. Na realidade estamos dispostos a aprovar a Resolução proposta pelo Secretário-Geral, mas para conciliar interesses, porque entendemos a preocupação apresentada pelo México. Faríamos uma proposta no sentido de que a Secretaria preparasse um documento com as previsões de despesas para maio e junho, para tratá-lo na Comissão de Orçamento em algum momento da próxima semana. Temos previsto reunir-nos na terça e na quinta-feira. Podemos aprová-la em Comitê e continuar depois com nosso programa de tarefas que já temos previsto, como forma de solucionar isto e na próxima semana podemos ter o tema resolvido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Em princípio estou de acordo com o proposto pela Argentina. Porém quando escutava o Doutor Opertti, a propósito de sua preocupação que é importante e muito bem fundamentada sobre a situação orçamentária, desejo manifestar que, certamente, com o dinheiro que está chegando temos solvência até julho, do ponto de vista do fluxo de caixa. Estou convencido de que é bom tomar decisões agora porque, caso contrário, podemos ficar sem recursos a partir de junho.

É evidente que todos estamos com essa preocupação orçamentária e financeira da Associação. Sabemos também que por enquanto a situação financeira da Associação

depende das contribuições dos países e do que nós devemos fazer. Já fiz uma primeira solicitação a nosso Governo, à Chancelaria, para que agilizem os trâmites a fim de cumprir antes do primeiro semestre com o pagamento da quota. Se todos fizéssemos esse esforço, de pelo menos no primeiro semestre pagar, certamente poderíamos ter outra situação mais cômoda, pelo menos para o básico, dependem disso os novos projetos, algo diferente, acorde com o novo papel, que certamente vamos propor para fazer da ALADI realmente uma instituição que promova e torne possível o Espaço de Livre Comércio, e tudo o que isso vai implicar.

Concluo dizendo que estaria de acordo com a proposta da Argentina, que não nos atrasa e que dá a possibilidade ao Embaixador Loaiza de ajudar ao Secretário-Geral para apresentar e aprovar essa Resolução, inclusive com maior compromisso e conhecimento do uso desses recursos e que possamos tomar as decisões necessárias para evitar que a Secretaria-Geral não conte, a partir de julho com os recursos necessários. Por conseguinte, agradeço à Delegação da Argentina por essa disposição, com o espírito dessa proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Estão de acordo com a moção apresentada pelo Delegado argentino?

Portanto, considero que há unanimidade no aspecto no qual pediríamos à Secretaria que apresentasse um relatório à Comissão de Orçamento por Programas e que se reunisse antes da terça-feira, e nesse mesmo dia antes da reunião de Chefes de Representação teríamos uma reunião do Comitê de Representantes, na qual trataremos esta Resolução, dentro das normas gerais do Comitê, como um dos pontos fundamentais.

As reuniões de Chefes são reuniões laxas que permitem falar, discutir, sem tempo. As reuniões de Comitê são marcadas e acotadas pontualmente. Reunimo-nos 15 minutos em Comitê e passamos a Chefes, onde temos toda a liberdade. Se fizermos a reunião de Chefes primeiro, a que horas concluímos essa reunião para começar a do Comitê? Simplesmente, minha opinião como Presidente é que comecemos com uma breve reunião do Comitê e rapidamente continuemos com Chefes, para o qual temos toda a grande amplitude e liberdade de discutir.

Então seria convocada para a terça-feira uma reunião do Comitê e imediatamente depois a de Chefes. Tem a palavra a Delegação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria Mendoza). Muito obrigado. Desejaria fazer constar a importância de conhecer os documentos com antecipação e ter tempo de estudá-los. Também devo consultar com minha Chancelaria. Ontem o documento 718 me chegou às 5h da tarde e para nós é importante, se trabalhamos com uma dinâmica que nos entregam os documentos às 5 da tarde e devem ser aprovados às 10h da manhã não poderemos fazer um trabalho sério como corresponde.

Proporia, pelo menos, que nos dessem o tempo suficiente. Igualmente adiro à proposta do México, pelo menos para ter dois dias úteis, porque igualmente devemos consultá-lo com nossas respectivas Chancelarias e ver que opinam para poder tratar o orçamento. Igualmente é um mecanismo de pressão para que paguem a quota rápido, então, sim dizemos que nos estamos comprometendo com este orçamento, para que nos ajudem a pagar a quota, é uma maneira de fazê-lo. Por favor, se vamos ter a reunião do Comitê e nos vão pôr um arma atrás para aprová-lo no dia seguinte, consideraria, por favor, em nome da Representação da Colômbia, que nos dêem o tempo suficiente, pelo menos 48 horas, para fazer o estudo e as consultas necessárias. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegado da Colômbia.

Entendo, estamos em uma situação na qual os quatro meses finalizam em 30 de abril, A próxima reunião estamos chegando já à segunda semana do mês de abril, obviamente é um tema que já foi suficientemente tratado. Simplesmente existirá o apoio mínimo técnico de algo que conhecemos. Vou solicitar ao Embaixador da Bolívia que convoque, se possível, para amanhã a reunião da Comissão para que as Delegações possam ter com tempo um tema que creio honestamente não tem dificuldade, nem de apoio, nem de análise tão profundo como para parar isto, mas de qualquer maneira, vamos fazer o possível para que as Delegações tenham os documentos a tempo.

Obviamente, a 718, desejo explicar ao senhor da Colômbia que é uma opinião da Secretaria-Geral sobre um tema que não devemos resolver, é um documento informativo, não é um tema a ser resolvido. Portanto, quando concluiu foi apresentado às Delegações, é um esforço para poder avançar ao ritmo do que estamos querendo fazer. Tem a palavra a Delegação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria Mendoza). Entendo perfeitamente, o importante é preparar bem os temas para ter uma seriedade e posição de país como deve ser. É um documento informal, mas gostaria de informar que estávamos com nossa Chancelaria, para aperfeiçoar uma posição de caráter institucional. Então o único é ter um pouco mais de tempo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente.

Simplesmente, a Delegação do Chile deseja reiterar que está em situação de aprovar hoje esta Resolução. Considero muito positivo ter um relatório que a apoie na próxima terça-feira, e a Delegação do Chile não faz questão em que se faça antes ou depois. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação do Chile e fica claro que na terça-feira haverá uma reunião de Comitê antes da reunião de Chefes de Representação na qual consideraremos o tema da ampliação orçamentária.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidente.

De tudo o que escutei esta manhã, concluo que na realidade o México pedia uma coisa muito simples, um desagregado e não obviamente um relatório completo sobre a execução orçamentária, que já foi aprovado.

O México está pedindo simplesmente um desagregado, uma coisa muito pequena, muito curta, para saber exatamente, de maneira geral, em que vão ser utilizados esses recursos, simplesmente a título informativo e obviamente estou de acordo com o Chile e com outras Delegações em votar, neste momento esta Resolução, aprovando-a, mas se a decisão é esperar esse desagregado, para que esteja melhor fundamentado, não temos nenhum inconveniente, mas basicamente é isso, Senhor Presidente. A Resolução 288 é muito clara, está mencionada aqui e esta autorização foi constante no passado, não há muito problema. O México está estudando um pequeno desagregado, nada mais, não

pedindo um documento de 45 páginas ao qual devemos dedicar-lhes muitas horas de estudo. Uma coisa mais simples, que em 5 minutos se pode ler. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Indubitavelmente já todos sabemos que é o que estamos pedindo nesta discussão. Por isso estive de acordo e tenho entendido que aprovamos a sugestão da Argentina.

Então, o que estamos discutindo, senhor Presidente, é resgatar certa metodologia de trabalho das reuniões de Chefes e do Comitê de Representantes. Isto porque considero mais fluído fazer uma reunião de Chefes e uma do Comitê quando necessitemos. Isto não tem nenhuma dificuldade, é uma metodologia que viemos implementando e inclusive, lembro quando preparamos os materiais para o Conselho de Ministros, com frequência fazíamos uma reunião de Chefes de Representação e depois desta a reunião do Comitê de Representantes, principalmente se a convocávamos previamente, isso não tem nenhum inconveniente, não é nenhuma coisa arbitrária.

Queria fazer esse esclarecimento no sentido de que tratemos esse ponto como uma questão de rotina à qual estamos acostumados em relação com o funcionamento de Chefes de Representação e do Comitê de Representantes e, sobretudo, reitero, se dizemos que na próxima terça-feira, depois da reunião de Chefes, realizar-se-á a reunião do Comitê de Representantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Como Presidente desejo repetir que estou convocando para a terça-feira a reunião do Comitê de Representantes e depois a de Chefes de Representação. É o procedimento que creio mais conveniente. Não creio que seja tema de discussão do Comitê e estamos em discussões bizantinas que não são necessárias.

Simplemente desejo manifestar que para poder solucionar e terminar este tema, estou convocando o Comitê para a terça-feira, às 10 da manhã, e posteriormente uma reunião de Chefes de Representação, na qual teremos toda a liberdade de tratar os seguintes temas da metodologia que estamos comprometidos.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigada, Presidente. O Senhor, como Presidente, tem toda a autoridade para impor-nos ou dar sua última palavra, mas sinto que o senhor não está recolhendo o sentir, se deseja que nas atas do Comitê constem todo tipo de discussões, como esta por exemplo, porque estamos em Comitê. Minha Delegação não tem inconveniente em passar a discussão para Chefes de Representação que tem a utilidade de não deixar em atas todo este tipo de discussões.

O senhor tem o direito, como Presidente, mas também convidaria a recolher um pouco a opinião de todos, que é precisamente começar com a reunião de Chefes para poder discutir com mais liberdade, onde, de qualquer maneira, há gravações, mas não temos atas, no entanto, no Comitê, consta em atas.

De qualquer maneira, minha Delegação está muito aberta a que o senhor faça seu *ruling* e nos imponha isso. Em todas as Organizações o Presidente tem o direito e eu vou respeitá-lo, mas isso sim, o senhor terá em atas todas estas discussões que tínhamos pensado que era útil discutir primeiro e depois passar a Comitê e tomar as decisões, porque

as atas são públicas e todo mundo pode informar-se de todas nossas discussões muito intensas, mas essa é minha opinião. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço a opinião da senhora Delegada do México. Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidente. Simplesmente para fazer um comentário. Entendemos que a discussão se realizará na Comissão de Orçamento por Programas. Nela teremos a possibilidade de discutir o tema e quando nos reunamos em Comitê, diretamente a aprovaremos, porque já teria sido discutido previamente em Comissão com a Presidência da Bolívia. Obrigado.

PRESIDENTE. O seguinte ponto da Ordem do Dia tem a ver com os contratos, obviamente está vinculado ao orçamento e sugiro, se a sala está de acordo, tratá-lo na próxima reunião juntamente com a Resolução do Orçamento. Existe acordo na Sala e se não há observações passamos ao ponto seguinte.

6. Cumprimento das encomendas da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros

- Metodologia de trabalho (organização, prazos, etc.)

...Neste caso já é o tema fundamental da reunião: cumprimento das encomendas da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, no qual simplesmente queria que constasse em atas, o que resolvemos na reunião da segunda-feira pela qual a metodologia será que trataremos em reunião de Chefes de Representação das terças-feiras, a Resolução 59 (XIII) e nas quintas-feiras, a Resolução 60 (XIII).

À tarde foi sugerido ao Comitê, que o procedimento, seja que a reunião de Chefes de Representação trate todos os temas, depois, segundo a sugestão de um documento que preparou o Secretário-Geral que desejo que o apresente porque é muito interessante como metodologia, criar quatro comissões *ad hoc*, que podem tratar os quatro pontos fundamentais da Resolução 59 (XIII), caso seja necessário e manter os Grupos de trabalho como estão agora a fim de que caso seja necessário, possamos solicitar relatórios pontuais.

Esse é o resumo da sugestão da segunda-feira à tarde, como metodologia, mas antes do debate sobre a metodologia desejaria que o Secretário-Geral nos apresentasse o documento por ele elaborado sobre o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Este documento tem o propósito de contribuir para a consideração de um tema e responde aos pedidos feitos na sessão do Comitê anterior. Não surge daqui nenhuma novidade substantiva para as Delegações. Fundamentalmente se faz um levantamento de qual poderia ser o encaminhamento possível de nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, os dados de base, como é notório, são as Resoluções do Conselho de Ministros, que informam sobre um ambicioso plano de trabalho para a ALADI e naturalmente frente a este ambicioso plano aprovado pelas Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) cremos que a Secretaria deve materializar sua maior disposição a colaborar com o Comitê de Representantes para levar adiante essa tarefa.

Consideramos, senhor Presidente, senhores Delegados, necessário caracterizar os conteúdos e programas de trabalho, porquanto da leitura, simplesmente fidedigna das Resoluções, surgem diferentes tipos de mandatos que tratamos de sistematizar de uma

maneira, basicamente dirigida a atender aqueles aspectos que consideramos fundamentais.

Em primeiro lugar, no que se refere à Resolução 59 (XIII) há uma encomenda ao Comitê de Representantes para que implemente um programa para conformar o Espaço de Livre Comércio a partir das bases da própria Resolução 59 (XIII). Essa Resolução enuncia também o caminho a seguir para o desenvolvimento e consolidação do Espaço de Livre Comércio, assim como os componentes desse espaço. Portanto, nesta resolução temos um quadro bastante completo.

Por outro lado, aqui há uma referência muito explícita e muito clara sobre a necessidade de continuar a atual estratégia negociadora, aprofundando os acordos de livre comércio já celebrados e promovendo as negociações entre os países entre os quais ainda não existem tais acordos, de maneira que este exercício de implementação ocasiona um exercício de negociação, que considero extraordinariamente importante, porque é a extensão dos acordos de livre comércio daqueles países com os quais ainda não se celebraram após, naturalmente, a negociação respectiva.

Nesse sentido, consideramos que todos os acordos abrangidos pela Resolução 59 (XIII) deveriam ser examinados a partir desta perspectiva; neles obviamente tem lugar os acordos CAN-MERCOSUL, os Acordos bilaterais e os Protocolos, que em grande número já nos haviam, em seu momento, informado, sob a Secretaria do Embaixador Rojas Penso, em seu documento informativo e naturalmente consideramos importante relevar esse dato como histórico.

Frente a esta situação imaginamos duas possibilidades: uma primeira que é encaminhar os temas emergentes da Resolução 59 aos Grupos de Trabalho históricos, os que já estão, ou seja os atualmente constituídos, os que pudessem criar-se, levando em conta precisamente estes novos mandatos, mas grupos de trabalho conforme seu formato original ou revisados em seu mandato conforme o que se resolver.

Outra alternativa é a criação de um Grupo *ad hoc*, referente à Resolução 59, aberto a todas as Representações, que com a assistência da Secretaria-Geral possa começar de forma imediata seu trabalho e dar a este Grupo um prazo, que tínhamos imaginado poderia ter um máximo de 60 dias a partir de sua constituição para elaborar sua proposta e elevá-lo ao Comitê.

Devemos acrescentar um dado que não figura em nosso documento, porque este papel de trabalho foi elaborado como um documento informal às Delegações, como uma contribuição e não esperando obter destas, em um prazo peremptório uma resposta e menos ainda uma aprovação *in totum*, porque sabemos que este tema será considerado pelo Comitê, é simplesmente uma contribuição a esse exame. Este documento foi preparado como antecipação à reunião da segunda-feira à tarde da Mesa do Comitê, de forma aberta, em sessão informal, na qual, por seu caráter aberto, precisamente habilitou-se a participação de todas as Delegações e nessa reunião foi tratado em profundidade o tema dos Grupos de Trabalho e surgiu a idéia de considerar adequado a criação de um grupo ou grupos, segundo resolvido pelo Comitê *ad hoc* para tratar a Resolução 59 (XIII), levando em conta, também, que na terça-feira haverá uma reunião expressa para tratar esta Resolução, consideramos que esse seria o âmbito para tomar uma decisão.

Em termos gerais, diria, senhor Presidente, senhores Delegados, que houve consenso no sentido de adequar nosso trabalho ao formato especial da Resolução 59 (XIII) e, nesse sentido, levar em conta quatro temas centrais: acesso aos mercados, normas e disciplinas,

apoio aos PMDERs e matérias complementares. Não foi tomada uma decisão vinculante, senão que se maneiram estas idéias, mas ficou um pouco no *fumus iuris* da Sala, a idéia de que deveria haver um trabalho *ad hoc*, que poderia ser organizado sob a forma de um grupo único ou de vários grupos, conforme o que os próprios Representantes consideraram mais útil.

Também nesse sentido, é bom lembrá-lo, falou-se e creio que foi útil esse intercâmbio, que estes grupos *ad hoc* pudessem utilizar a capacidade instalada dos grupos históricos, com seu mandato anterior, original ou revisado, para apoiar-se neles e encomendar-lhes especificamente determinadas tarefas, quando, pela especificidade do tema, for necessário fazê-lo. Exemplificamos naquele momento algumas Delegações e a Secretaria sobre este particular, indicando os títulos dos Grupos observávamos que, efetivamente, há pontos de enlace entre aspectos que toca a Resolução 59 (XIII) e Grupos de Trabalho historicamente já constituídos na Organização.

Em todo caso, sob a forma que os senhores decidam, seja reunião de Chefes ou de Comitê de Representantes, ou Chefes de Representação e formalização no Comitê, estes são temas que a Secretaria considera que seria extremamente útil tê-los resolvido da maneira mais expedita possível.

O outro tema é a Resolução 60 (XIII), para a qual também se destinou um dia de sessão especial. Depois será determinada a continuidade desses trabalhos nessa forma ou uma que os senhores determinem, aparece a agenda da ALADI como um foro de reflexão e consulta e o papel da ALADI nesse contexto.

Naturalmente, isto responde a um conjunto de temas, que abrange a vida da Organização em seu conjunto. Não abrange em particular os temas específicos que, porém, são objeto de singularização na Resolução 59. Aqui está a vida da Organização em seu conjunto, o qual inclui o orçamento e os trabalhos a nível de informação e ações comuns entre os países-membros e abrange uma ampla gama de temas de natureza variada, o qual requererá de um suporte técnico específico e selecionado, em virtude, precisamente da natureza diversa de cada um desses temas.

A nosso juízo, a Secretaria-Geral e isto se une notoriamente às atividades dos meses de maio e junho, deve concentrar suas atividades em determinadas áreas e funções, levando em conta as prioridades do Espaço de Livre Comércio, porque dele surgem comissões ou mandatos ao Comitê, mas também surgem mandatos à Secretaria e nesse sentido há dois aspectos fundamentais: o endividamento e seu financiamento, são objeto de parágrafos específicos na Resolução e a estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral.

Sobre o primeiro, creio que o repasse das intervenções da manhã de hoje mostra, sensivelmente, a preocupação compartilhada de ter um quadro de situação orçamentária previsível, que nos dê um horizonte um pouco mais extenso que o mês de julho, porquanto é notório que uma Organização que deve estar revisando, em situação de emergência seu próprio funcionamento, não pode funcionar bem, digamos com propriedade, um prazo de dois meses não permite programar nada. Eu tive que manejar crises financeiras em determinado momento de meu orçamento ministerial, mas tive, pelo menos um semestre.

Ou seja, que considero que para trabalhar com um prazo de dois meses, que é muito pouco tempo, devemos ter uma resistência física moral e funcional como a o Embaixador Rojas que teve que navegar nestas águas durante tanto tempo. Este é um tema essencial, se a Organização não pode gerar a base de sua agenda, de seu novo projeto, uma atenção

em que os Governos, embora alguns o estejam fazendo, prestem uma atenção específica à necessidade de dar continuidade aos trabalhos, então, embora ponhamos muita letra a este tema, faltará a música e não poderemos, naturalmente, ir adiante.

O outro tema é a estrutura orgânico-funcional. Este tema está *sub-judice* no Comitê, e no que se refere à reestrutura é um tema que está sendo considerado, mas a Secretaria tem um mandato com um prazo peremptório, que vence em 18 de abril e, portanto, podem passar várias coisas. Ou o Comitê resolve que esse prazo peremptório, é um prazo breve ou um prazo fatal que deve ser estendido ou reprogramado ou não se pode resolver. Estou preparado para apresentar o projeto antes de 18 de abril, porque não desejo assumir uma prorrogação como a que hoje não conta e estamos já a 6. O dia 18 de abril está muito próximo, e deveremos apresentar a proposta antes dessa data. De maneira que a Secretaria está trabalhando sobre idéias, em matéria de reestrutura, por caminhos separados, porque é um mandato que tem e deve cumprir e a Secretaria e menos o Secretário-Geral desejariam que quando chegue o dia 18, alguém o declarasse devedor. Tenho por norma cumprir os prazos, tanto de minhas dívidas como de minhas obrigações funcionais, portanto, não vou esperar o dia 18, vou apresentá-los antes do dia 18.

Mas, naturalmente, se o Comitê me diz que devo apresentá-lo no dia 18, estarei atento a esse oxigênio do Comitê, mas se não o recebo me manejarei com meus próprios pulmões. Também existe uma necessidade de fixar um prazo limite para a reestrutura, porque a mesma condiciona também o trabalho de fixar o orçamento e, portanto, levando em conta que há um desenvolvimento progressivo, mas ao mesmo tempo concatenado, de cada um destes temas, se não solucionamos os temas prévios, vamos ter dificuldades para elaborar o orçamento e é notório que a Organização tem uma forte predileção, como é natural, por saber que fará com o dinheiro que aportam os países de suas arcas, que ademais desejam saber em que se aplica, para que se aplica, que produto estratégico produz e que produto não produz. Estou totalmente de acordo em que a Organização deve produzir produtos estratégicos que os países identifiquem, valorizem e depois repercute não somente em sua assistência substantiva nos temas da Organização, mas em suas contribuições.

Razão pela qual considero que a fixação de um prazo limite para aprovar a reestrutura, deveria ser um tema de especial pronunciamento e estou sugerindo a data de 31 de maio, por quê? Porque se em 31 de maio temos resolvido o tema da reestrutura, estaremos em condições de ir programando o orçamento, já a partir de junho com um horizonte, mais preciso.

Por último, senhor Presidente, a Resolução 61 (XIII), relativa aos PMDERs, tem muito conteúdo, exige por um lado o trabalho técnico da Secretaria que deve realizar-se e isso não espera mandatos especiais do Comitê, mas responde aos ritos normais de qualquer Secretaria, mas tem também, por outro lado, ações de cooperação com o Comitê onde tem competências muito específicas nisto, sobre temas centrais como os da competitividade, a infra-estrutura física, em particular o transporte, de modo tal que países incluídos na categoria de países de menor desenvolvimento econômico relativo, como a Bolívia e o Paraguai, pela sua condição de países mediterrâneos possam aceder aos mercados da região. Este é um tema muito importante, que aqui se chama assim, no MERCOSUL se chama assimetrias, mas considero que tem um componente muito forte de natureza, diria, de integração.

Por último, para concluir, senhor Presidente, a Resolução 61 (XIII) também propõe basicamente uma coordenação e qualificação dos projetos dos PMDERs. Isto nos obriga a gerar um banco de dados sobre estes projetos, com os números 1, 2, 3, se todos são

prioritários. Isso significa que nenhum é prioritário, deve haver certo ordenamento, quando alguém diz, tenho meia dúzia de prioridades significa que não tem prioridades. As prioridades, normalmente devem ser qualificadas de 0 a 10 com as valorações que as colocam na primeira escala e depois nas escalas seguintes, senão não há um verdadeiro cronograma para isso.

Por conseguinte, atendendo as especiais sensibilidades comerciais que estabelece a própria Resolução 61 (XIII) para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, temos um trabalho para fazer, senhor Presidente, de extraordinária importância.

Concluindo, considero, e me arrisco a apresentá-lo por escrito, que a ALADI tem uma nova agenda fixada por um órgão superior à Secretaria e superior ao Comitê, que é o Conselho de Ministros, que foi aprovada por unanimidade. Os trabalhos, se somos obedientes ao espírito e à letra da Resolução, deveriam começar imediatamente. Minha opinião é que o trabalho não admite mais dilações e creio que este é o nível para fazê-lo.

Para começar de imediato, considero extraordinariamente bom, e como algo muito eficaz sua configuração. Recebíamos também sugestões sobre este tema da senhora Co-Presidenta do Comitê, a Embaixadora da Colômbia, que tinha apresentado muito fortemente a idéia de ter mais sessões, independentemente das regulares que se realizarem em função de temas a tratar, como temas que surgem e que nos obrigam a ter uma sessão do Comitê na metade do caminho para resolver os temas pendentes.

Devo somente manifestar que preparei este papel com o espírito de contribuir com os trabalhos da Secretaria. A Secretaria se atribui os trabalhos que são próprios do Comitê, quando são encargo direto. Somente quis manifestar meu pensamento e assim continuarei fazendo enquanto esteja nesta posição. Por enquanto era isso o que queria dizer. Muito obrigado.

Somente desejo manifestar-lhes que não preparei este papel com o espírito simplesmente de contribuir com os trabalhos da Secretaria. A Secretaria não se atribui trabalhos que não lhe corresponde, dedica-se aos encargos que são próprios do Comitê, mas quando são encargos diretamente dirigidos a ela. É isso o que quis apresentar-lhes, sem nenhuma outra pretensão mais que a de fazer conhecer meu pensamento e assim continuarei atuando enquanto esteja nesta posição. Por conseguinte, isto é tudo o que queria dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. A contribuição efetuada é muito importante para a metodologia da qual estivemos falando em reuniões prévias e que nos levou a ter já uma idéia clara de como vamos avançar.

Os senhores Representantes têm alguma observação?

Por conseguinte, depois de acordado o procedimento na reunião da segunda-feira, realizaremos reuniões de Chefes de Representação na terça-feira para tratar a Resolução 59 (XIII), na quinta-feira para tratar a Resolução 60 (XIII). Trabalharemos em um único grupo que será a reunião e, caso necessário, criaremos os Grupos de Trabalho, tanto pontuais para fazer um encargo efetivo como para encarregar aos atuais Grupos de Trabalho temas que consideraremos necessário.

Tem a palavra a Delegação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure) Obrigado, senhor Presidente. Simplesmente para felicitar o senhor Secretário-Geral, a Secretaria por esta informação e para fazer uma consulta.

Quando nos referimos à Resolução 60 (XIII), queremos saber se especificamente vamos tratar nas quintas-feiras o relativo à reestrutura da ALADI e da Secretaria-Geral. Consideramos que isso poderia ser assim, porque os outros mandatos contidos na Resolução 60 (XIII) podem ser considerados nos 4 temas da Resolução 59 (XIII), que são os novos temas e normas e procedimentos, ou seja que isto no entendimento de que nas reuniões das terças-feiras discutimos os temas de fundo de conformação do ELC e da transformação da ALADI em um foro de coordenação e consulta e nas quintas-feiras especificamente a reestrutura da ALADI e da Secretaria. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Uruguai. Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Em relação à pergunta de nosso colega do Uruguai, penso que com essa pergunta podemos avançar na próxima terça-feira para discutir, porque realmente esse foi o acordo que fizemos e podemos propor e decidir a forma como vamos fazê-lo e o conteúdo da discussão e a programação dos temas e receberemos, como dizíamos anteontem na reunião, que nos preparemos para essa discussão com propostas, assim como este material que hoje nos entrega o Secretário-Geral, que será um insumo para a discussão e por isso recebemos este material nesta reunião como uma sugestão e proposta para contribuir à discussão.

PRESIDENTE. Exatamente essa é a idéia, agradeço à Venezuela. Essa é a idéia geral de todos nós. Passamos ao ponto 7.

7. Consideração da solicitação do México sobre a designação de Secretários-Gerais Adjuntos.

...Passamos ao ponto 7, dando a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Este é um tema de fundo e considero que devemos tratá-lo em uma de nossas reuniões antes de encaminhá-lo ao Comitê e a idéia que tinha era que hoje íamos tratar exclusivamente o ponto do Conselho de Assuntos Financeiros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegada do México.

Este ponto foi colocado na agenda a pedido específico da Delegação do México. Podemos deixá-lo para uma próxima reunião, para quando seja oportuno tratá-lo na reunião de Chefes.

8. Assuntos Diversos

... com isto passamos a Assuntos Diversos. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Queria que hoje fosse discutida e considerada nesta reunião do Comitê de Representantes a importância de que este espaço, o da ALADI, seja um espaço fundamental para fazer um acompanhamento, para olhar e trazer aquelas questões que consideremos importantes nas iniciativas que hoje existem na região sobre os processos de integração.

A reunião recentemente realizada na Venezuela, com a participação de quatro Presidentes, entre eles o senhor Presidente da Espanha, Rodríguez Zapatero e nossos Presidentes Uribe, Lula e Chávez, coloca na agenda de nossos Organismos uma série de iniciativas que enriquecem e fortalecem a agenda desta Associação.

Quando vemos as Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) e as discussões que estamos iniciando para adequar este Organismo aos requerimentos do processo de integração, considero importante revisar nestas reuniões, neste Organismo, estes acordos, suas conclusões e os caminhos que indica, porque não somente foi um encontro formal, mas serviu para avançar porque os convênios assinados entre os diferentes Presidentes permitem abrir caminhos para avançar nos temas que são fundamentais em nossa Associação.

O tema de fazer da ALADI um Espaço de Livre Comércio, por exemplo, tem muito a ver com esses balanços que fazemos nas relações bilaterais, inclusive, além dos acordos parciais que hoje nos regulam as relações. Além disso, a reunião põe de manifesto o interesse político. Sempre menciono este tema aqui porque considero muito importante o interesse político de nossos governantes no sentido de abrir caminhos e eliminar obstáculos para poder avançar. Acordos na investigação tecnológica, acordos de complementaridade no campo energético, no campo da infra-estrutura, enfim, há uma série de acordos que seria bom, no momento de discutir os temas que têm a ver com isso, certamente nos permitirão fortalecer as estratégias que possamos elaborar ou propor aqui e nesse sentido consideramos fundamental neste Organismo fazer um acompanhamento para buscar elementos que ajudem à discussão. Esta reunião quadrilateral foi precedida por outra trilateral em Montevidéu, que também trouxe questões importantes, porque quando há um mandato, por exemplo, para que se reúnam os Ministros de Economia, os Bancos Centrais, certamente poderíamos avançar em alguns temas que discutimos muitas vezes, como por exemplo, o tema de financiamento do comércio intra-regional, de alto calibre para o funcionamento do processo da região, que hoje estamos colocando em andamento neste continente.

Então, desejo hoje submeter a consideração este tema porque consideramos que são iniciativas políticas importantes e que fazem parte desse novo papel da ALADI, que significa buscar, encontrar, fortalecer os instrumentos e as ferramentas necessárias para tornar possível os mandatos desta Associação, que o Espaço de Livre Comércio seja uma realidade, que os temas tratados realmente se fortaleçam e que estejam enquadrados no mandato e em todas estas reuniões falarão desses novos temas. Falamos de integração tecnológica, de integração física, de comércio, de financiamento, adiantaram questões que são fundamentais para a vida de nossos países, como as possibilidades que entre nós possamos resolver temas do endividamento, por exemplo, há uma série de questões que consideramos fundamentais.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegada da Venezuela. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, para apoiar totalmente as palavras da senhora Representante da Venezuela. Creio que este encontro quadripartito, realizado na Venezuela entre os Presidentes da Venezuela, Brasil, Colômbia e Espanha, foi realmente um elo nas relações entre nossos países e ajuda a avançar muito na causa da integração.

No mesmo teor, queria aproveitar para informar ao Comitê que esta manhã entreguei uma nota à Secretaria-Geral comunicando que, em cumprimento das decisões dos Chefes de Estado Sul-Americanos, quando se reuniram em Cusco, o Governo do Brasil convidou o Senhor Secretário-Geral a participar da reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana das Nações, que se realizará em Brasília, em 19 de abril de 2005. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Simplesmente para confirmar o que se acaba de expressar e, naturalmente, estaremos atendendo este convite da forma que corresponde. Obrigado.

PRESIDENTE. Simplesmente desejo informar ao Comitê que a senhora Representante da Venezuela, em comunicação dirigida em 4 de abril, informa-nos da visita a Montevideu do senhor Ministro de Educação e Esportes da República Bolivariana da Venezuela, doutor Aristóbulo Istúriz, que deseja ser recebido no Comitê de Representantes. Portanto, somente desejo informar-lhes e coordenar com a Delegação da Venezuela a data da sessão na qual teremos a honra de receber o Ministro de Educação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado, Presidente. Estava esperando que o senhor informasse sobre essa nota. Portanto, agradeço e estou disposta a discutir com os senhores essa possibilidade.

PRESIDENTE. Obrigado. Senhores, com isto encerramos a sessão de hoje.
